



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1990.

ANO XVI

Atos da Presidência:

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 272/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera-se o inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - ...

I - seguro."

Art. 2º - Acrescente-se o inciso III e § 1º ao artigo 10 da Lei nº 8.933/89, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - ...

I - ...

II - ...

III - Os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo, a consumidor, até o limite da variação mensal da BTN, acrescida de 1% (um por cento), não integram a base de cálculo do ICMS, quando destacados na nota fiscal.

§ 1º - Nas operações contratadas para pagamento a prazo em BTN, ou qualquer outro índice oficial de aferição da inflação ou de desvalorização monetária, o valor do ICMS destacado em Nota Fiscal por ocasião da saída das mercadorias não será complementada em virtude de diferenças geradas pela atualização monetária baseada naquele índice oficial."

Art. 3º - Fica suprimido o item do artigo 23, I, Grupo A da Lei nº 8.933/89, referente a equipamentos de audio e vídeo, suas partes, acessórios e suportes, classificados nas posições 85.18 a 85.24, 85.25.30, 85.26.92, 85.27 e 85.28.10, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, sobre os quais passa a incidir a alíquotas de 17%.

Art. 4º - Acrescente-se itens ao artigo 23, II, Grupo B da Lei nº 8.933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - ...

I - Grupo A: ...

II - Grupo B: ...

1. ...

2. ...

- massas alimentícias, pães, cuques e refeições industriais;
- máquinas e implementos agrícolas;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ilegível

Relator

(Republicado por ter saído com incorreção)

RESOLUÇÃO Nº 042/90

DATA: 26.06.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Jorge D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Dr. Antonio Paranhos, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Jorge D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Dr. Antonio Paranhos, desmembrado do Município de São Jorge D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Partindo da foz do Lageado Dois Vizinhos no Rio Chopin e seguindo o curso deste lageado até atingir a barra do Arroio Soita; e subindo este às suas cabeceiras; daí por uma linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Rio Faca e descendo o seu curso até a sua foz no Rio Iguaçu; daí desce o Rio Iguaçu até encontrar a foz do Rio Chopin e subindo este até encontrar a foz do citado Lageado Dois Vizinhos que foi o ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 046/90

DATA: 03.07.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de FLOR DA SERRA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, abrangendo parte dos Municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro para que as

populações respectivas decidam sobre a criação do Município de Flor da Serra:

"Começa na foz do Córrego São Bento, no Rio Arrozal, por este seguindo até sua nascente de onde, por linha seca, alcança a nascente da chamada sanga Abreu, pela qual desce até sua foz no Rio Tamanduazinho, seguindo deste ponto, por linha seca, sentido Leste para alcançar o Rio Tamandua, na foz do lajeado denominado Gaúcha e por este, acima, até sua nascente, daí seguindo pelo divisor de águas, no sentido Nordeste, até a nascente do Arroio Bonito pelo qual desce até a foz do Arroio Ildebrando, pelo qual sobe até a nascente, de onde alcança a nascente do Rio Galo, por este descendo até sua foz, no Rio Araçá; segue pelo Rio Araçá até a sua cabeceira, na divisa interestadual Paraná - Santa Catarina, seguindo por esta divisa, no sentido Oeste, até confrontar a nascente da Sanga Santo Ângelo, pela qual desce até sua Foz no Rio das Águas, por este descendo até o Arroio Santa Terezinha, subindo por este até encontrar a Linha Lemos por cuja divisa segue, rumo Norte, até encontrar a Estrada 520, por esta seguindo, rumo Leste, até encontrar a Estrada 440, pela qual segue, no sentido Norte, bifurcando com diversas estradas, até a localidade denominada São Bento e até a nascente do Córrego São Bento, pelo qual desce a sua foz no Rio Arrozal, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.07.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 49/90

DATA: 03/07/90

SÚMULA: Acrescenta ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná artigos e parágrafos conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os convênios previstos no inciso XXI do artigo 54, da Constituição do Estado serão submetidos à Assembléia, para efeito de autorização prévia, mediante mensagem do Poder Executivo encaminhada com o mínimo de quinze dias de antecedência do ato objeto do convênio, devidamente instruída com a documentação necessária à deliberação da Assembléia.

§ 1º - Recebida a mensagem, ela será lida no expediente e encaminhada às comissões técnicas.

Curitiba, quarta, em 01.08.90

§ 2º - Na hipótese de pedido de ratificação posterior de convênios já celebrados, o Poder Executivo deverá justificar adequadamente os motivos de urgência e de relevante interesse público previsto no artigo 54, XXI da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.07.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 47/90

DATA: 03/07/90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda, com as divisas a seguir especificadas:

"Começa na foz do Arroio Passo da Guarda no Rio Iguaçu, sobe por este até alcançar a foz do Rio Isabel Alves pelo qual sobe até a confluência da estrada que liga a localidade de Guajuvira de Baixo com a antiga estrada velha à Curitiba-Lapa, seguindo pela referida estrada de localidade de Guajuvira de Baixo rumo leste, até alcançar o Rio das Onças e por este acima até sua nascente, de onde segue pelo divisor das águas rumo sudoeste até a nascente do Rio Cachoeira, pelo qual desce até a foz da Água denominada Lavrinha, deste ponto por uma linha seca rumo 78°00'NO - 9.800 metros aproximadamente, até atingir o Rio dos Cardos e por este acima até a foz do Arroio Passo da Cruz pelo qual segue até a sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Passo da Guarda, e por este abaixo até a sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.07.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

DECRETO LEGISLATIVO N° 197/90

aposentar nos termos dos artigos 138, item II; 140, item III; 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970; e, Art. 172, inciso III, da mesma Lei n° 6174, com nova redação dada pela Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, AYRTON LUIZ BAPTISTA, matrícula n° 061, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S. - 1; verba de representação incorporada, conforme disposto no Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n° 2830, de 11.04.90)

DECRETO LEGISLATIVO N° 198/90

conceder pagamento de gratificação de risco de vida ou saúde à NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, matrícula n° 544, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no valor de um terço (1/3) do seu vencimento básico, nos termos do Art. 172, inciso V, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 5819, de 21.06.90)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 58.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaç Filho, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro, Artagão Mattos, Leão, Basílio Zanusso, Saite Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dúlio Senami, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Her-

mas, Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Acir Mezzadri, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nereu Massignan, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Considerando a inexistência de expediente na Sessão de Instalação, esta Presidência consulta o Plenário se algum dos Senhores Deputados deseja fazer uso da palavra, através do dispositivo regimental.

Com a palavra o nobre e ínclito Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): No último dia 20 de julho, ainda durante o recesso parlamentar, encaminhei requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury, solicitando do mesmo providências no sentido da inclusão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária desta Casa de Leis.

O referido projeto, de acordo com o que determina a Constituição do Estado do Paraná, nos foi encaminhado pelo Poder Executivo através da Mensagem n° 85/90, de 11 de abril de 1990, tendo sido transformado no Projeto de Lei n° 219/90 deste Poder Legislativo.

Contudo, no último dia 1° de julho esta Casa de Leis entrou em recesso sem que tenha sido discutido e votado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O que é flagrantemente inconstitucional.

De fato, o artigo 22, inciso II, das Disposições Transitórias da Carta Magna Estadual, é muito claro, determinando que "o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até oito meses e

meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da Sessão Legislativa."

Portanto, não poderíamos ter entrado em recesso sem o exame, discussão e votação da chamada LDO. Todos nós pudemos acompanhar os desdobramentos de episódio semelhante no Congresso Nacional.

Por decisão do seu Presidente, Senador Nelson Carneiro, o Congresso Nacional entrou em recesso sem ter votado a Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal. Como contrariava expressa determinação constitucional, parlamentares de diversos partidos ingressaram com recursos junto ao Supremo Tribunal Federal exigindo o reinício das atividades legislativas. O que acabou sendo determinado pelo STF.

Este episódio, se por um lado revela a força da nova Constituição Federal e a independência dos Poderes na ação de garantir o cumprimento das normas constitucionais, ressalta também o alto significado e importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com efeito, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é peça indispensável para a elaboração do próximo Orçamento Anual. A LDO deve fixar as metas e prioridades da administração pública: as projeções das receitas e despesas para o próximo exercício financeiro; os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos Poderes do Estado; as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado; as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação dos agentes financeiros oficiais de fomento, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras e destacando os projetos de maior relevância; os demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia pela administração pública estadual.

O simples elencar de suas atribuições evidencia o papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias para a definição do orçamento público. Introduzida pela nova Constituição Federal, sendo também incorporada pela nossa Constituição Estadual, a LDO praticamente delimita o alcance da lei orçamentária anual. A não votação da LDO implica em sensível atraso na própria elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Só pode constar do Orçamento Anual aquilo que já estiver previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até mesmo even-

tuais emendas ou projetos que visem modificar a Lei Orçamentária devem ser compatíveis com a LDO.

Como vemos, o atraso na votação da LDO não só é inconstitucional, como afirmamos há pouco, como também contraria a tudo o que sempre pregamos das tribunas do Legislativo. Ou seja, que o Poder Legislativo tivesse a capacidade e a possibilidade de interferir concretamente na administração financeira do Estado. Mais do que isto, que a aplicação dos recursos públicos, que afinal pertencem a toda a população, cumpra normas amplamente discutidas, para que não se criem despesas de afogadilho, sem critérios, sem ter bem definido o seu alcance e consequências.

Portanto, temos que reconhecer que foi um equívoco muito grande a não votação da LDO, que esperamos será corrigido prontamente, tão logo se inicie os trabalhos legislativos. (Termina de ler)

Portanto, Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência a decisão sobre o nosso requerimento encaminhado no último dia 20 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua livre a palavra.

O SR. JOÃO ARRUDA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Quero registrar nesta Casa, em nome do Deputado Antônio Costenaro Neto, que foi acometido de um mal súbito, esteve internado, mas passa bem, em nome da bancada do PFL, quero aqui registrar os agradecimentos em nome dele, às manifestações de carinho, de solidariedade, que ele recebeu.

Promete, o Deputado Costenaro, que ainda neste mês estará participando das sessões plenárias da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Ao Deputado João Arruda, ao PFL e à Casa toda, cumpre que se manifeste a nossa solidariedade ao ilustre, jovial, inteligente Deputado e bom companheiro, que é o Deputado Antônio Costenaro Neto. Ao sabermos do acidente cerebral que o vitimou, ficamos profundamente consternados e vemos, com satisfação, a possibilidade de seu restabeleci-

mento. O Paraná precisa de homens como ele.

A Sua Excelência, Senhor Presidente e aos demais Senhores Deputados, também pela ordem, quero comunicar que permanece a retenção do ICMS gerado pela Cidade Industrial de Curitiba pelo Governo do Estado.

Até agora o Governo do Paraná confiscou, da cidade de Curitiba, o equivalente a vinte milhões de dólares, ou um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, quantia suficiente para que se construíssem duzentas creches, ou cem escolas integrais, ou mil e cem quilômetros de manilhamento; manilhamento de acordo, não estas manilhas de "sonrisal" que fazia o antigo Prefeito, ou ainda quinhentos quilômetros de antipó, ou doze mil lotes urbanizados.

Portanto, persiste a prática detestável e antipopular do Governo do Estado com relação a esta cidade, cidade que mereceria ser mais bem tratada, sobretudo em sendo os governantes aqui residentes.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos para concluir o nosso mandato. Iniciamos hoje o último período deste mandato que espero seja de muito trabalho, de muita produtividade e de resultados para a população deste Estado.

Aproveitamos o pronunciamento do nobre Deputado Rubens Bueno, que reivindica desta Presidência que se decida pela discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias que para esta Casa vem discutir assuntos tão relevantes que são os novos parâmetros para a formação do Orçamento deste Estado. É uma oportunidade grande para que o Parlamento possa, de uma forma ou de outra, em parte, resgatar a sua credibilidade junto à opinião pública no sentido de participação e de abertura democrática neste Estado. Então nos juntamos a ele.

Queremos, também, requerer da Presidência a imediata instalação das Comissões Permanentes nesta Casa que até hoje não foram instaladas pela falta de nomeação de lideranças dos Partidos.

O Estado do Paraná requer o trabalho profícuo destes Deputados e que possamos, nestes seis meses, fazer um grande trabalho pela população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua livre a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero também, neste reinício de trabalhos, dizer da satisfação de estar aqui na instalação de mais um período, demonstrando a responsabilidade daqueles que aqui vieram na condução dos trabalhos desta Casa. Muito embora aqui não esteja o Líder do meu Partido, quero deixar bem claro que encaminharei em seguida os nomes dos companheiros que vão formar as Comissões Internas desta Casa para que possamos agilizar o mais depressa possível muitos projetos que estão parados ainda nas Comissões. E gostaria de dizer também que a situação do Estado do Paraná permanece da mesma maneira como vem permanecendo desde o início deste Governo, de que é chegada a hora do povo do Paraná realmente se posicionar ao lado daqueles que trabalham e querem ver este Paraná crescer cada vez mais. E é por esta razão que temos certeza de que a condução de José Richa ao Governo do Estado vai possibilitar o resgate desta Casa, o resgate das forças paranaenses, políticas, em torno do Paraná cada vez mais pujante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Anibal Khury, demais Deputados que integram a Mesa, nobres colegas.

Usamos a palavra para dizer da satisfação de estarmos aqui hoje na reabertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e temos certeza, Senhor Presidente, que neste último semestre de nosso mandato teremos condições ainda de juntos com os nobres colegas Deputados elaborarmos leis e aprovarmos importantes dispositivos em favor do povo paranaense. Nós que aqui estamos há sete anos e meio ao lado de outros companheiros, temos procurado fazer tudo o que é possível e dar tudo de nós em favor do Paraná e deste Poder Legislativo.

Gostaria, Senhor Presidente, neste momento de agradecer a Vossa Excelência e aos demais integrantes da Mesa desta Casa pela gentileza de ter conseguido as passagens aéreas que permitiram que uma delegação de paranaenses comparecessem a Assunção, no Paraguai, para participar da Exposição Agropecuária, Feira Agropecuária, e da apresentação da nossa feira internacional, que é a EXPOTIBA.

Naquela ocasião, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não pudemos lá comparecer, mas fomos representados pelo funcionário deste Poder Legislativo, assessor

do Bloco Agropecuário, Dr. Paulo Roberto Moreira Gomes, que se fez acompanhar das mais altas e representativas autoridades do setor agropecuário paranaense. Este Poder demonstra, com esta permissão e com este auxílio prestado à União Paranaense das Associações de Criadores, presidida pelo digno paranaense Laércio Faustino Cardoso, que está comprometida com o setor agropecuário. E nós, na condição de Coordenador do Bloco, não poderíamos deixar de, na primeira oportunidade que estamos tendo, agradecer a Vossa Excelência e a este Poder, pelas condições propiciadas à agropecuária paranaense, para que se fizesse representar em Assunção, no Paraguai, e para que levasse para lá, também, as importantes informações que tem o Paraná, no setor agropecuário.

Por esta razão, nós nos congratulamos com Vossa Excelência e queremos acreditar que juntos, repito, poderemos neste semestre de mandato que nos resta, fazermos ainda muito mais pelo Paraná, pela agropecuária, pela educação, pela segurança, pela saúde, pelo transporte, porque o nosso compromisso findar-se-á apenas no último dia do nosso mandato. Meus cumprimentos e queremos que todos tenham êxito em suas empreitadas, daqui para frente.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nobres Deputados. A nossa manifestação, apenas para registrar, por que não?, a nossa presença na reabertura dos trabalhos do Legislativo, no final de um período importante para a vida do Paraná. E para dizer a estes Deputados que aqui comparecem, e prestar, por que não?, homenagem a estes Deputados que aqui comparecem, em respeito à opinião pública do Paraná, que conseguem estes Deputados juntar as suas responsabilidades de fazer campanhas, de viajar pelos mais diferentes municípios do Paraná, em campanha eleitoral. E de também, fazerem-se presentes, cumprindo com as suas obrigações de vir à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para discutir e votar matérias importantes para a vida do nosso Estado.

Sabemos nós, que aqui estamos, os Deputados que estão nesta sessão de reabertura, e que são Deputados que comparecem assiduamente a esta Casa, às vezes até poderíamos perder terreno para alguns Deputados que raramente comparecem à Assembleia Legislativa do Paraná, mas por certo haveremos de conciliar nosso trabalho de fazer campanha política, de pedir votos no Estado do Paraná e prestar contas do nosso trabalho durante quatro anos, e também com o nosso trabalho, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, haveremos de marcar uma posição firme perante a opinião pública do Estado do Paraná, de que

um Deputado bem intencionado, como os Deputados que aqui estão, vão conseguir, tranquilamente, fazer a sua campanha eleitoral, viajando por todo o Estado do Paraná, e cumprindo com a sua sagrada obrigação de vir aqui, de comparecer e votar as matérias de interesse do Estado do Paraná. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua livre a palavra.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Mesa tem o requerimento do Deputado Rubens Bueno, que solicita a inclusão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Ordem do Dia da 1.^a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa.

A Mesa solicita e reitera o apelo já feito, para que os Senhores Líderes do PDT e do PTB, para que efetuem as indicações dos membros de suas respectivas Bancadas, para as Comissões Técnicas Permanentes deste Poder Legislativo, em cumprimento ao disposto pelo § 1.^o, do artigo 31, do Regimento Interno.

O requerimento do Deputado Rubens Bueno será atendido na próxima sessão de terça-feira, se até lá as comissões não organizarem e não elegerem seus dirigentes. É matéria de suma importância. Deputado Rubens Bueno tem razão, que deve ser amplamente discutida.

A sessão de amanhã será dedicada às comissões para que elas possam se constituir já com as indicações do PDT e PTB.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a decisão da Mesa, aliás, sábia decisão.

Ocorre que se um dos partidos políticos não indicarem seus representantes para as Comissões Técnicas que vão apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá novamente sofrer um atraso.

Eu consulto Vossa Excelência nesse caso se seria possível para terça-feira a convocação de Comissão Geral de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso depende de número.

Vossa Excelência poderá requerer na segunda-feira. Mas de qualquer maneira a Mesa vai incluir na Ordem do Dia o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na sessão de terça-feira.

O SR. RUBENS BUENO - Independente do resultado das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Independente, porque há um dispositivo constitucional que obriga a Mesa tomar essa atitude.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço Vossa Ex-

celência pelo zelo à Constituição do Estado que esta Assembléia Legislativa discutiu, votou e promulgou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Eu que agradeço.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 47/86, 170/87, 365/89 e 09/90

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 120/89, 162/89, 166/89 e 323/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 201/90, 118/90 e do Projeto de Resolução n° 81/90.

Levanta-se a Sessão.

OFÍCIO N° 56/90 DAT

Curitiba, 16 de julho de 1990.

Senhor Diretor.

Anexo ao presente estamos encaminhando a Vossa Senhoria, o Balancete Financeiro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao mês de MAIO/90, a fim de que seja levado ao conhecimento das Autoridades para posterior publicação.

Servimo-nos da oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador

Ilustríssimo Senhor

Doutor GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

Desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

A. L. E. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ANS

BALANCE FINANCEIRO		REF. - AUG245
DE 1º A 31 DE MAIO DE 1.990		PAG. - 1
DATA - 31.05.90		
RECEITA	DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	LEGISLATIVA.....	21.879.074,02
RECEITA TRIBUTÁRIA.....	JUDICIÁRIA.....	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	ADMINISTRAÇÃO E PLENARIMENTO.....	0,00
RECEITA PATRIMONIAL.....	AGRICULTURA.....	0,00
RECEITA AGRO-PECUÁRIA.....	COMUNICAÇÕES.....	0,00
RECEITA INDUSTRIAL.....	DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA.....	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS.....	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	EDUCAÇÃO E CULTURA.....	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS.....	0,00
162.500.000,00	HABITAÇÃO E URBANISMO.....	0,00
162.513.534,00	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	0,00
	RELAÇÕES EXTERIORES.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	Saúde e saneamento.....	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	TRABALHO.....	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	TRANSPORTE.....	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL.....		21.879.074,02
0,00		
162.513.534,00		
	EXTRAORÇAMENTÁRIA	
EXTRAORÇAMENTÁRIA	RESTOS A PAGAR	
DÉBITOS DE TESOURARIA.....	PAGAMENTOS.....	26,64
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	CANCELAMENTOS.....	0,00
FUNDOS ESPECIAIS.....		26,64
0,00		
CONTAS A REGULARIZAR.....	DÉBITOS DE TESOURARIA.....	0,00
0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	16.640.233,19
0,00	FUNDOS ESPECIAIS.....	0,00
0,00	CONTAS A REGULARIZAR.....	0,00
0,00	CONTAS DO REALIZÁVEL.....	122.804.975,57
0,00	ACORDOS E CONVÊNIOS.....	0,00
CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR		
FORNECEDORES.....	DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR	
22.004.036,26	FORNECEDORES.....	23.653.739,36
0,00	DESPESAS COM PESSOAL.....	78.409,33
0,00	OUTRAS DESPESAS A PAGAR.....	0,00
22.004.036,26		23.732.148,69
33.627.594,25		163.177.384,09
SALDO DO MÊS ANTERIOR	SALDO PARA O MÊS SEQUINTE	
CAIXA.....	CAIXA.....	0,00
0,00	BANCOS.....	188.105.969,16
177.021.299,02	VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS	0,00
0,00	TÍTULOS A RECEBER.....	0,00
0,00	DEVEDORES DIVERSOS.....	0,00
0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	0,00
177.021.299,02	DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	0,00
TOTAL	TOTAL	188.105.969,16
373.162.427,27		373.162.427,27

ABIB MIGUEL
DIRETOR GERALGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
DIRETOR DO DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA
COORD. DE CONTABILIDADE